

# Cuiabanco injetará dinheiro para acelerar recuperação

Sem cobranças de juros e com suporte técnico à operação financeira de microempreendedores da capital, o novo programa da Prefeitura de Cuiabá, o Cuiabanco, inicia sua estruturação. Os empreendedores poderão contar com linhas de crédito subsidiadas pelo Município, desde que mantenham o pagamento das parcelas em dia. O público alvo são jovens, mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, artesãos, associações de produtores, empresas de pequeno porte e cooperativas. O programa contará com assessoria técnica do Sebrae para estruturação das operações e deve entrar em operação total em outubro

PÁG. 8

## Intenção de consumo volta a subir

A observação dos dados do índice que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) aponta para uma versão de junho pior que a de 2020, primeiro ano da pandemia, mas também traz sinais de melhoras, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), responsável pela pesquisa

PÁG. 7



Gilberto Leite



Gilberto Leite

## AL tenta negociar defasagem de 22%

A primeira reunião entre governo do Estado, deputados estaduais e sindicalistas sobre o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) em 2022 terminou sem nenhum acordo. O Fórum Sindical alega que há defasagem de 22% nos salários dos servidores e ameaça deflagrar greve em todo o estado se o governo não apresentar um cronograma de pagamento. Já o governo diz que esse valor inclui a RGA de anos em que o Estado ficou impedido legalmente de pagar

PÁG. 6



Gilberto Leite

## Após 20 anos, famílias do Renascer terão título

Após mais de 20 anos de luta, as famílias do bairro Renascer, em Cuiabá, estão próximas de conseguir o título de propriedade de suas casas. O assunto foi tema de um debate ocorrido nesta semana, no Intermat, com a presença do deputado Nininho e de moradores históricos do bairro. A previsão é que os títulos comecem a ser entregues já outubro deste ano, sem nenhum custo para as famílias

PÁG. 3

## Biogás vai 'acelerar' a indústria

Divulgação/CRVR



Mato Grosso pode ganhar usina de energia renovável gerada a partir da conversão de biomassas (energia de matéria orgânica) e resíduos sólidos urbanos. Os projetos visam a produção de biogás e biometano a partir do lixo e de descartes do processo industrial na região Médio-Norte do estado, com o objetivo de produzir energia barata para impulsionar a indústria na região. Os projetos estão em fase de estudos de viabilidade econômica pela Companhia Mato-grossense de Gás

PÁG. 8

## Alta da energia vai pressionar inflação

A inflação brasileira tem sido particularmente afetada pelo aumento dos preços de commodities, energia elétrica e combustíveis. Na última quinta-feira (24), o Banco Central admitiu que o poder de compra das famílias brasileiras continuará pressionado pelo aumento no preço da energia, principalmente com a nova alta no valor da bandeira vermelha patamar 2. O fenômeno já ficou registrado no resultado do último trimestre, quando o poder de compra foi menor que o esperado

PÁG. 8

## Aposentados nas mãos do Conselho

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), que também preside a comissão especial sobre a taxaço dos aposentados, disse que uma sessão extraordinária poderá ser convocada para votação sobre a previdência dos aposentados durante o recesso legislativo. Botelho explicou que a única coisa que trava a votação é o Conselho da Previdência, que não dá andamento nos projetos e ainda modificou a proposta que havia sido combinada entre governo e deputados para a isenção de aposentados e pensionistas com doenças raras

PÁG. 3

## EDITORIAL

## Sinuca de bico

A crise hídrica adicionou mais um componente à 'sinuca de bico' em que o Banco Central se meteu na tentativa de controlar a inflação brasileira. De um lado, a inflação ficará bastante pressionada pelo aumento de preço da energia elétrica com o acionamento das usinas térmicas em caráter excepcional, além dos óbvios impactos da bandeira vermelha na conta de luz até o final do ano, arrastando as consequências econômicas para 2022. Por outro lado, existe a possibilidade bastante impopular de um racionamento de energia, que ajudaria a reduzir o risco

de apagão e a manter a inflação sob controle.

Especialistas do setor elétrico apontam que nem mesmo o reajuste extraordinário da bandeira vermelha nível 2 - que deve passar de 20%, já a partir de julho - será suficiente para cobrir todos os custos das operadoras com a compra de energia. Assim, o gasto adicional precisará ser compensado no reajuste anual de 2022, ano em que as tarifas já seriam pressionadas pelo repasse de valores para pagamento do empréstimo de R\$ 16 bilhões feito às distribuidoras durante o auge da pandemia

de covid-19, como forma de aliviar os impactos financeiros da crise sanitária.

O Banco Central reconheceu publicamente que esse fator tende a continuar pressionando a inflação de curto prazo por um bom tempo, pelo menos até o final do período seco, quando o País poderá voltar a contar com as hidrelétricas para produzir a maior parte de sua energia. A instituição lembrou ainda que a Aneel tem atuado junto às distribuidoras para conter altas abruptas no preço da energia, como poderia ter ocorrido em Mato Grosso este ano, o que tende a ser compensado nos próximos reajustes, criando pressão inflacionária para os anos vindouros.

Em outras palavras, as repetidas crises - econômica, sanitária e hídrica - que vivemos hoje continuará a pressionar o orçamento das famílias por 'anos a fio'. Algum alívio poderia ser conquistado nesta seara se houver um 'surto' de valorização do real, reduzindo os preços para aquisição de energia e commodities. Por hora, esse movimento de valorização do real ainda não foi suficiente para compensar a alta no preço da energia e das commodities, mas é preciso considerar que a queda recente do dólar ainda é tímida.

Ainda falta ao Brasil passar uma mensagem mais clara sobre a sua política econômica e fiscal, sobretudo quanto às medidas de recuperação



para o ciclo pós-pandemia. Ainda parece predominar uma evidente falta de rumo, com as principais reformas estruturantes abandonadas pelo governo. O resultado disso é a previsão de crescimento de 2,5% ao longo dos próximos anos, um sinal de que o Brasil continua condenado à lentidão econômica, após sucessivos governos que claramente não sabem o que fazer.

## Acesso à educação

Caiubi Kuhn (\*)

Todo ano, quando são publicados os resultados da seleção dos novos aprovados para as universidades brasileiras, surgem inúmeras matérias de jornais, abordando sobre a aprovação de filhos de trabalhadores como porteiros, secretários e tantos outros. Todas essas pessoas merecem e devem comemorar o acesso à universidade, muitas vezes, a pessoa que foi aprovada será a primeira da família a cursar uma faculdade. Porém, às margens destes casos, existem inúmeras outras pessoas com uma situação social mais precária e que muitas vezes ainda enxergam o sonho da universidade como algo quase impossível. A triste realidade das estatísticas brasileiras, mostram que o porteiro, a secretária e suas famílias muitas vezes estão entre os 50% mais ricos do Brasil, ou até entre os 30% com melhores condições sociais. Mas onde os 50% mais pobres estão e quais as oportunidades que seus filhos possuem?

O Brasil é um país com muitas desigualdades, e dependendo do grupo social que o leitor transita ou da cidade em que vive, é difícil conseguir ver as diferentes realidades dos muitos Brasis. Porém, algumas estatísticas ajudam a demonstrar qual o cenário que vive a população brasileira e quais oportunidades essas pessoas possuem.

Em 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que os 50% mais pobres da população, ou seja, cerca de 104 milhões de pessoas, viviam com uma renda de até R\$ 413,00 por capita. Ou seja, se fosse uma família de 4 pessoas, somando toda a renda, 50% da população vivia com no máximo R\$ 1.652,00 de renda familiar. Porém, a mesma pesquisa indicou que os 5% mais pobres da população brasileira, cerca de 10,4 milhões de pessoas, viviam com R\$ 51,00 per capita, o que para uma família de 4 pessoas, significaria uma renda mensal de R\$ 204,00 por mês. Já imaginou viver um pai, uma mãe e dois filhos com esse valor?

Infelizmente não temos dados mais recentes, mas indicadores como o índice de desemprego pioraram. Em 2018, no primeiro trimestre do ano, o desemprego atingia 13,1%, já no mesmo período do ano de 2021, o número atingiu o recorde da série histórica, chegando a 14,7%, o que representa 14,8 milhões de pessoas. Esse número se soma aos cerca de 6 milhões de desalentados, que são pessoas que desistiram de procurar emprego. Somados, entre desempregados e desalentados, são mais de 20 milhões de pessoas fora do mundo do trabalho. E entre os empregados, muitos estão em trabalhos in-

formais, que em dezembro de 2020 significava 39,5% das pessoas ocupadas no Brasil.

Entre os problemas existentes no país está a baixa escolaridade, conforme a Pnad Contínua, em 2019, apenas 48,8% da população com 25 anos ou mais possuíam ensino médio completo, ou seja, mais da metade da população, cerca de 69,5 milhões de adultos, não podem nem se quer tentar disputar uma vaga em uma universidade ou em um curso técnico.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE indicaram que em 2018 existia um grande abismo social entre as oportunidades dos jovens com idade entre 15 a 17 anos, que vinha das famílias que estavam entre os 20% mais pobres, quando comparados com os jovens que vinham das famílias que fazem parte dos 20% mais ricos do país. O abandono escolar ainda no ensino básico, no primeiro caso correspondia a 11,8% dos adolescentes, ou seja, mais de 1 em cada 10. Por outro lado, entre os 20% mais ricos, os números representam 1,4%, ou seja, cerca de 1 em cada 71 jovens. As desigualdades no Brasil também são raciais, em 2018, o percentual de jovens brancos que estavam cursando ou já concluíram o ensino superior era de 36,1%, quase o dobro da porcentagem de pretos e pardos, que estavam em 18,3%.

Embora nas últimas décadas o acesso à universidade tenha se tornado mais demo-

crático, com certeza ela ainda é um espaço muito difícil de ser alcançado para a população mais pobre do país. Neste caso estou falando do filho do trabalhador informal do campo e da cidade, que representam quase 40% das pessoas "empregadas" hoje, ou do filho de um dos mais de 20 milhões de pessoas que estão sem trabalho. Muitos destes brasileiros sobrevivem com muito pouco e as oportunidades dos seus filhos também são escassas. Sem uma ação forte do estado, qual será a oportunidade de vida, do filho da pessoa que vive com 51 reais de renda mensal per capita?

O Brasil precisa permitir a todos os jovens a sonhar, a mudar suas vidas e construir destinos diferentes e com mais oportunidades que os que foram vividos pelos seus pais. Somente o acesso à educação e a garantia de permanência em universidades e institutos federais pode fazer a transformação que a juventude brasileira merece, e que o país precisa.

CAIUBI KUHN é professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT)



## Saneamento de qualidade

William Figueiredo (\*)

O sistema de saneamento básico de nossa cidade está em franca expansão. Na dianteira nacional em iniciativas de ampliação da cobertura dos serviços de água e esgoto, Cuiabá iniciou, em 2017, um movimento que impacta positivamente o presente e o futuro. Por meio de obras e melhorias viabilizadas a partir de investimentos robustos e projetos consistentes, a cidade vem se reposicionando no cenário nacional, tendo dedicado um olhar especial ao abastecimento de água e ao tratamento de esgoto - antes mesmo da vigência das diretrizes estabelecidas pelo novo Marco Legal do Saneamento.

E é na dianteira que nossa cidade deverá permanecer - este é o foco da Águas Cuiabá, empresa da qual faço parte. Este ano, o grande avanço se dará no esgotamento sanitário doméstico. Nosso time está nas ruas instalando novas redes de esgoto em diversos bairros, ao mesmo tempo em que constrói a Estação de Tratamento de Esgoto Ribeirão do Lipa. As tubulações coletoras,

a estação elevatória e a ETE compõem o Sistema Lipa de Esgotamento Sanitário, que entra em operação ainda este ano.

Os números do SES Lipa impressionam, tanto em volume geral quando nos efeitos socioambientais. Falando em obras, ele terá 265 quilômetros de redes de coleta, dez elevatórias (estruturas nas quais o material coletado é bombeado até seu penúltimo destino - a unidade de tratamento, ou purificação) e uma estação de tratamento com capacidade operacional plena de 260 litros por segundo. Quanto aos benefícios diretos à comunidade e ao meio ambiente, ele atenderá a 77 bairros, contemplando 126 mil pessoas, e fará com que sete toneladas de carga poluidora deixem de ser lançadas, por dia, no rio Cuiabá.

Um ponto interessante: não é muito usual utilizarmos as palavras esgoto e pureza numa mesma frase. Mas é isso que, de fato, Cuiabá passa a ter cada dia mais: esgoto doméstico coletado, tratado e só então, quando purificado, lançado nos rios Cuiabá e Coxipó. Isso é possível porque os sistemas de esgotamento

sanitário da Capital (Dom Aquino, Tijucal e Lipa) contam com a tecnologia necessária à realização deste feito. Para atender às demandas atuais e futuras do município, cerca de R\$ 570 milhões foram exclusivamente investidos pela concessionária de saneamento básico, nos últimos três anos, na ampliação, melhoria e modernização dos sistemas de esgoto da Capital.

Em muitas cidades brasileiras, lamentavelmente, lidar de forma adequada com os esgotos acaba não entrando na pauta prioritária. Mas, sabidamente, não é o caso de Cuiabá. Aqui, os serviços de esgoto são prioridade da concessionária, do Poder Concedente, do órgão regulador, dos entes fiscalizadores e da comunidade, que tem nos externado a satisfação de saber que seus rios terão mais vida e seus familiares, mais saúde.

Sabemos que a realização de obras de saneamento, principalmente as chamadas "lineares", que ocorrem em vias públicas, trazem impactos à rotina da população, principalmente no trânsito. Vivenciar um grande volume de obras, em vários bairros,

ao mesmo tempo, não é uma condição das mais fáceis, seja para a comunidade, seja para os envolvidos nas execuções de engenharia. Mas, neste sentido, é importante lembrarmos que os impactos temporários darão lugar a benefícios de longo prazo, que possibilitarão ao município crescer e se desenvolver de forma sustentável.

O engajamento da sociedade na causa do esgotamento sanitário é, assim como o próprio serviço, essencial. Torcemos - e trabalhamos - para que os avanços alcançados em nossa cidade incentivem novas iniciativas de valorização da coleta e tratamento do esgoto para que, da junção de esforços e expertises, seja construído um novo cenário nacional de saneamento básico. Nós, brasileiros, merecemos.

WILLIAM FIGUEIREDO - Diretor geral da Águas Cuiabá



## Mulheres, pela manhã

Rosana Leite (\*)

Quando costumamos dizer que já presenciamos de tudo no que diz respeito à discriminação e violência contra as mulheres, ainda não. Em meio à vacinação contra a Covid-19, determinado secretário de saúde de certo município foi entrevistado quanto ao horário de vacinação da população por idade.

E a resposta dele, ao vivo, foi surpreendente.

Repórter se aproxima do entrevistado, cumprindo com as normas de segurança e protocolo para evitar a contaminação da doença e pergunta: "Quais serão as idades para amanhã?"

E ele responde: "54 e 55 anos". E segue o entrevistador: "E aí não tem a questão de horário, não é, para quem tem 54 ou 55 anos,

vai todo mundo lembrando somente aquela tática de mulheres pela manhã e homens à tarde, é isso?" E entrevistado responde: "É isso, que é para as mulheres voltarem logo para fazerem a comida mais cedo. Segue essa regra, por aí, mulher tem prioridade, vai de manhã e homem à tarde".

E a pergunta que fica: é isso mesmo? E outra pergunta: quem se alimenta? Quem trabalha fora de casa? De quem é a casa? E os filhos e filhas, nasceram apenas com a presença materna, devendo a obrigação ser apenas delas em alimentar?

Quanto mais caminhamos, e abrimos espaços para reflexões em torno do que é ter liberdade, viver em paz, dividir papéis e tarefas do lar, outros tantos passos acabam acontecendo, com a finalidade de dizer a elas que o espaço de casa é o delas. Seria isso mesmo?

Em certa ocasião, realização de audiência de oitiva de uma testemunha do sexo masculino e que se entende do gênero masculino. O homem adentra a sala de audiências e se depara com uma juíza, uma defensora pública e uma promotora de justiça reunidas para ouvir respectivo depoimento. O que se ouve dele assim que se depara com as três profissionais: "Três mulheres, estou enrolado!".

Outra ocasião, certo homem, em processo civil, onde lhe é demandado o pagamento de pensão alimentícia para duas filhas e um filho, todos menores de idade.

A reação do homem é inimaginável! Aos prantos afirma que não pagará pensão ali-

mentícia para ninguém. Afirmando, ainda, que tem vontade de se matar, para não efetuar o pagamento de pensão para os seus rebentos.

O que esses fatos possuem em comum? O de serem todas de órbita a ditar que são homens privilegiados pela condição de gênero, e que são intocáveis por isso.

O lance de acharem que devem chegar e encontrar casa, comida e roupa lavada, sem que movam sequer um dedo para que isso aconteça. A situação de entenderem que não podem ser questionados por mulheres, ainda que elas estejam exercendo função pública. E, por último, do entendimento de que nenhuma mulher o obrigará a efetuar o pagamento de pensão alimentícia para filhas ou filhos, mesmo sendo por ele registrados e registradas como filhos e filhas.

O que dizer de tudo isso? O que pensar, quando mulheres são corpos extremamente sensualizados pelo fato de serem mulheres? O que dizer quando as suas vozes devem se calar, quando eles começam a falar? Até onde tolerar? O que é certo ou errado nessas manifestações que trazem discriminações ao gênero?

Não aceitar é a forma de agir! Resistência é a palavra!

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**TAXAÇÃO DOS INATIVOS**

Assembleia pode convocar uma sessão extraordinária para votar isenções da Previdência, mas é preciso que o Conselho 'dê o braço a torcer'

# Aposentados nas mãos do Conselho

Gilberto Leite



tiva, Max Russi (PSB), ainda pode convocar uma reunião extraordinária para votação dos projetos, já que o parlamento entrará em recesso na próxima quarta-feira (30) e só retomará as atividades parlamentares no dia 3 de agosto.

"Tudo está na mão do conselho deles. Nós temos três questões que estão dependendo deles: a questão das doenças raras, para quem ganha até R\$ 9 mil e a questão dos militares, que poderá reduzir e tínhamos conversado isso com o governador. E o governador concordou em reduzir isso para 10,5%, como era inicialmente negociado com a Assembleia", disse.

O deputado detalhou que uma reunião do Conselho da Previdência está agendada para a próxima quinta-feira, dia 1 de julho. Se houver avanço, os deputados podem convocar uma sessão extraordinária para aprovar o projeto. Se não, a questão só voltará a ser debatida no segundo semestre.

**REUNIÃO CANCELADA** - A reunião com o Conselho da Previdência era para ter acontecido na última quin-



Presidente da AL pode convocar reunião extraordinária se houver avanço nas tratativas com o Conselho da Previdência

ta-feira (24), mas foi cancelada de última hora. Na ocasião, o governador Mauro Mendes (DEM) pretendia apresentar os cálculos sobre o impacto financeiro de cada uma das medidas de isenção que estão em debate.

A proposta do governo prevê isenção da alíquota de 14% sobre os valores até três salários mínimos, mas só poderão usufruir desse benefício os aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 9 mil. Outra proposta prevê

a redução da alíquota para militares, dos atuais 14% para 10,5%.

Ponto sensível deste debate é a isenção para os aposentados e pensionistas com doenças raras. O governo havia proposto isenção até o teto do INSS, hoje em R\$

6,4 mil, mas o Conselho da Previdência resolveu dobrar esse valor, sem apresentar o cálculo de impacto financeiro. Devido a isso, todos os debates foram suspensos enquanto é debatido o impacto global das três medidas.

**Da redação**

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), que também preside a comissão especial sobre a taxação dos aposentados, disse na última sexta-feira (25) que uma sessão extraordinária poderá ser convocada para votação sobre a previdência dos aposentados durante o recesso legislativo.

Botelho explicou que a única coisa que trava a votação é o Conselho da Previdência, que não dá andamento nos projetos e ainda modificou a proposta que havia sido combinada entre governo e deputados para a isenção de aposentados e pensionistas com doenças raras.

Em conversa com jornalistas, Botelho revelou que o presidente da Assembleia Legisla-

**DE OLHO NA AL**

## Ex-prefeito quer trocar MDB pelo DEM

**Da redação**

O ex-prefeito de Barra do Garças, Roberto Farias (MDB), pode mudar de partido nos próximos meses e se juntar ao DEM do governador Mauro Mendes e dos irmãos Júlio e Jayme Campos. A articulação faz parte do movimento do DEM para organizar uma chapa forte para a disputa nas eleições de 2022.

Informações de bastidores apontam que Roberto já recebeu convites de Júlio Campos e do próprio governador para se filiar ao Democratas. O convite mais recente foi feito pelo senador Jayme Campos.

A ida de Roberto já foi aceita pelo presidente estadual do Democratas, Fábio Garcia, e pelo presidente do diretório municipal de Barra do Garças, Irineu Alves. O ex-prefeito, que comandou Barra do Garças em duas ocasiões, se vê sem espaço no MDB e bus-

ca um novo partido para concorrer a uma vaga de deputado estadual.

"É uma decisão a ser avaliada com calma. Tenho um grupo político que me acompanha e que sempre participou das minhas posições políticas e, diante disso, seria egoísmo por minha parte tomar uma decisão sozinho", disse o ex-prefeito.

Na tentativa de reforçar o vínculo com Roberto, Jayme lembrou que a família Campos é muito próxima da família Farias. O senador lembrou ainda que a mãe de Roberto, Cândida Farias (MDB), é a segunda suplente do senador. Tanto Roberto quanto Cândida foram convidados para o DEM, mas ainda não teriam dado resposta.

Roberto também foi convidado e sondado para se filiar ao PSB, do presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Max Russi, e também ao PP do deputado federal Neri Geller.

**COMPROMISSO**

## Russi articula pagamento de emendas

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB), foi na sexta-feira (25) à Casa Civil do governo para cobrar do secretário Mauro Carvalho o pagamento das emendas parlamentares dos deputados.

Segundo Max, até o momento, o governador tem cumprindo com as emendas parlamentares, até porque são emendas impositivas.

No entanto, a reunião com o secretário foi marcada para tratar sobre o avanço dos pagamentos, pois o primeiro semestre já está encerrando e obras importantes precisam ser efetivadas, principalmente no interior do estado.

"As emendas de cada deputado são em torno de R\$ 7 milhões, sendo 25% para a Educação, parte para a Saúde, para Esporte, Cultura e 50% destinação liberada que são as obras de infraestrutura. Então, o go-

verno precisa avançar, pelo menos nestes seis primeiros meses com o pagamento e conclusão de 50% destes projetos", explicou Max.

Além de tratar sobre as emendas parlamentares, o presidente disse que foi discutido sobre projetos que estarão em pauta na próxima sessão, como um projeto da Educação que será votado nas duas últimas sessões do semestre.

Já na quarta-feira (30), de acordo com Max, serão apreciados

mais de 30 vetos e a sessão deve durar todo o dia com debates entre os parlamentares. O presidente falou que a maioria dos deputados já confirmou presença nas duas últimas sessões para votarem todos os projetos e vetos pendentes.

Max Russi garantiu que vai zerar todas as pendências antes do recesso parlamentar que começa no dia 30, com previsão de retorno das atividades no próximo dia 3 de agosto.

**APÓS 20 ANOS**

## Famílias do Renascer terão título

**Da redação**

Após mais de 20 anos de luta, as famílias do bairro Renascer, em Cuiabá, estão próximas de conseguir o título de propriedade de suas casas. O assunto foi tema de um debate ocorrido nesta semana, entre o deputado estadual Ondanir Bortolini, o Nininho (PSD), o deputado federal Neri Geller (PP) e o presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Serafim Barros.

A reunião também contou com a presença de fundadores do bairro, como Pedro Aquino, Davi Celso Timóteo Pereira e José Antunes França, o Dega, e também, duas das primeiras moradoras da região, Alaene Benedita Santana e Sara Eilucilane da Silva.

A mobilização foi articulada por Pedro Aquino. Ele ressaltou que há mais de 20 anos as famílias esperam pelos documentos.

"É uma rotina de insegurança. Já passamos por situações muito difíceis, algumas famílias permaneceram na luta e aguardam os títulos, outras de-

sistiram. Com o apoio que o deputado Nininho, o deputado Neri e o empenho do presidente do Intermat, tenho certeza que os processos agora serão liberados", disse.

Animado com o resultado da reunião, o deputado Nininho afirmou que a titulação dos terrenos do bairro Renascer está perto de se tornar realidade.

"Hoje nós temos uma entidade ativa, que, mesmo com o déficit de servidores, está limpando as pautas. Já fizemos o en-

caminhamento da situação do bairro com o presidente Serafim há algum tempo e, com o compromisso e a gestão tanto da entidade quanto do governador Mauro Mendes, em breve os processos serão concluídos", pontuou.

Serafim Barros explicou que a 'matricula mãe' do Intermat foi liberada pela Justiça, o que facilita o andamento do processo. A previsão é que até outubro as famílias do bairro já comecem a receber os títulos

de propriedade, registrados em cartório.

"Se tudo correr bem, com todos procedimentos concluídos, até o mês de outubro deste ano as famílias receberão os títulos devidamente registrados em cartório, sem custo algum aos moradores. Agradecemos os deputados estaduais, que por meio da Assembleia Legislativa, nos concederam recursos financeiros para a contratação de um convênio para a conclusão dos levantamentos", explicou.

Divulgação



Reunião no Intermat contou com presença dos primeiros moradores do Renascer



**Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações**

**65-99228-9990**

 [prefeituracba](#)  [cuiabaprefeitura](#)  [prefeitura\\_CBA](#)

# O Aedes aegypti

não respeita  
o distanciamento  
social

Enquanto nossas atenções estão voltadas para o combate à covid-19, um antigo perigo tem ameaçado a saúde da nossa gente: o Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya. Os casos destas doenças estão crescendo rapidamente e, para frear o avanço delas, é preciso que cada um de nós faça a sua parte.

Proteja-se da covid-19, mas também não dê chance para o Aedes aegypti.



Mantenha seu quintal  
sem entulhos



Limpe calhas e lajes



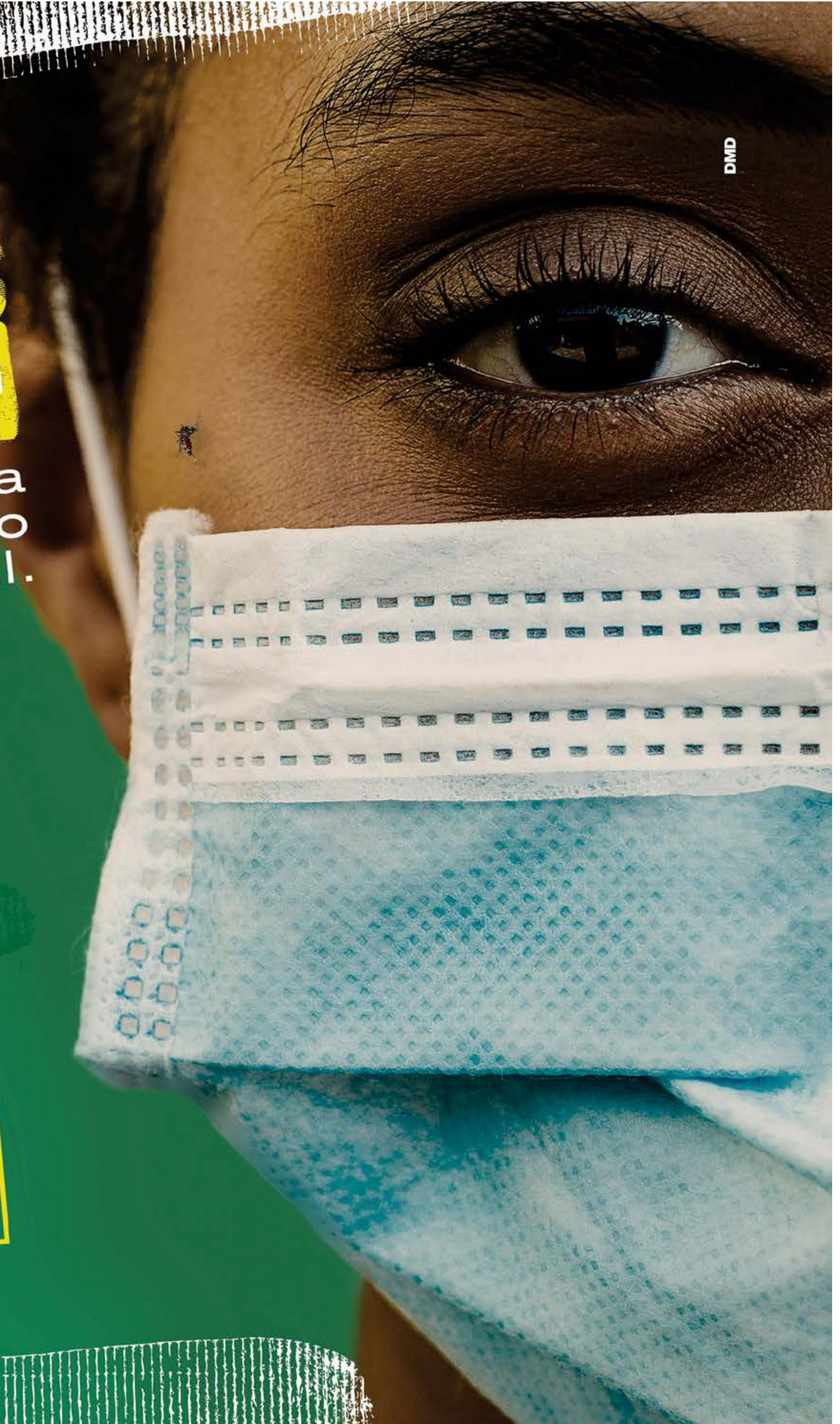
Cubra piscinas, tonéis  
e caixas d'água



Coloque areia  
nos vasos de plantas



**CUIABÁ**  
PREFEITURA



DMD

a  
o  
i.

## IMPASSE SALARIAL

Deputado reconhece argumento do Fórum Sindical sobre defasagem dos salários, mas sugere que negociação seja feita 'mais à frente'

## AL reconhece defasagem de 22%

Gilberto Leite



## Da redação

A primeira reunião entre governo do Estado, deputados estaduais e sindicalistas sobre o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) em 2022 terminou sem nenhum acordo entre as partes. Sem definição, o representante dos servidores públicos afirmou que não descarta deflagrar greve em todo o estado.

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), que também preside uma comissão especial sobre a previdência e RGA dos servidores, destacou que o governo do Estado já demonstrou que irá pagar a RGA de 2021 em 2022. Inclusive, o valor para o pagamento já está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O valor estipulado, de aproximadamente 5,05%, gerou um im-

passo entre membros do Fórum Sindical e o representante do governo do Estado, Basílio Bezerra, secretário de Planejamento e Gestão. Para o representante dos servidores, o valor que o Estado é obrigado a pagar é 22% e não apenas 5,05%, como demonstrado por Basílio.

“O servidor público está com 22% de defasagem salarial e isso não é brincadeira. Tem pessoas passando necessidades e, além disso, tivemos a reforma da Previdência, que aumentou mais 3% do pessoal da ativa e colocou 14% para aposentados e pensionistas. Se não tem condições de pagar os 22% ‘na bucha’ (à vista), vamos sentar, vamos fazer um planejamento e parcelar, não chegar e falar que vai dar o que quer”, disse Edmundo César, um dos coordenadores do Fórum Sindical.

Basílio respondeu que o valor requerido pelos sindicalistas inclui reajustes de anos que o Estado ficou impedido legalmente de conceder reajuste, como em 2020. O secretário destacou que o governo tem vontade de negociar e, inclusive, pagou 2% da RGA atrasada de 2019, prevendo mais 5,05% para 2022.

Ao analisar a situação, Botelho reconheceu que o cálculo dos sindicalistas não está errado, mas também acolheu os argumentos do governo e sugeriu que essa negociação seja feita mais adiante, conforme melhorem as condições financeiras do Estado.

“O Fórum está levando em conta o cálculo de anos anteriores, que não teve a RGA. [...] E não estão errados. Agora, o governo está fazendo a RGA deste ano para ser pago no ano que vem. Eu acho que, lá na frente, a gente deve fazer uma discussão sobre o estoque que vai ficar e lá na frente a gente tem condições de discutir isso. Mas isso no futuro, não nesse momento”, sugeriu Botelho.

**INTERFERÊNCIA** - Edmundo também criticou uma suposta interferência do Tribunal de Contas do Estado (TCE) nas decisões do governo sobre pagar ou não a RGA. O sindicalista ainda afirmou que o governo não pagou nem a RGA de 2018, como vem anunciando.

“Ele está dizendo que deu os 2% de 2018 e que pagou a RGA. Primeiro que ele não pagou, porque a RGA de 2018 era 2,07% e ele pagou só 2% e esses 2% saiu de onde? Da Lei 10.572. então ele



Basílio diz que Fórum Sindical está somando valores de RGA de outros anos, quando o governo estava proibido de pagar

reconhece aquela lei. A greve, nunca pensamos nisso, porque somos empregados da sociedade e quem é penalizada é a sociedade, mas se o governador não fazer esse parcelamento, não teremos outra saída”, afirmou.

**RUIM, MAS TÁ BOM** - Apesar das discordâncias, as partes envolvidas classificaram a reunião como ‘produtiva’ e dizem que esperam mais

encontros como este, para que se chegue a um acordo para o pagamento da RGA no ano que vem.

“Nós começamos a debater esse assunto. A Assembleia Legislativa sempre esteve aberta às negociações, porque aqui é o palco das discussões. O Fórum pediu e nós abrimos a Assembleia para a discussão”, detalhou Botelho.

Já Basílio disse que o governo está aberto ao

diálogo e que anotou as demandas pontuais e questões instrumentais de cada categoria, para ouvir e atender a todos na medida do possível.

Edmundo disse que a reunião foi importante para avançar o debate. O sindicalista disse que espera mais encontros como este, “para que ninguém saia perdendo e uma greve não seja realizada”.

## FALTA DE SINTONIA

## Otaviano Pivetta descarta volta ao PDT e tem futuro incerto

## Da redação

O vice-governador Otaviano Pivetta afirmou que está descartada a possibilidade de voltar ao PDT e que ainda não sabe se vai disputar algum cargo político nas eleições de 2022.

Pivetta disse que saiu do PDT pelo fato de o partido não seguir mais os ideais de seu fundador, Leonel Brizola. Otaviano explicou que só entrou na política inspirado por Brizola e pelo seu pai, Tilídio Pivetta, que foi prefeito em Caiçara (RS).

“Eu deixei o PDT agora há pouco tempo, e vejo que o PDT

fala muito pouco sobre as ideias do fundador, que era quase monotemático, mas falava com maestria sobre um setor que poderia mudar, assim como a Coreia do Sul mudou a sua trajetória, o Brasil poderia mudar, que é a Educação. Eu tentei colocar em prática o plano dele [Brizola] na cidade de Lucas e acho que conseguimos e vejo o PDT hoje preocupado com outras pautas. Não me identifiquei mais com o atual pensamento partidário”, esclareceu.

A resposta veio após ser ventilada a sua volta ao partido confirmada pelo deputado estadual e presidente do PDT

em Mato Grosso, Allan Kardec. Pivetta explicou que Kardec é seu amigo pessoal e vai continuar o respeito mútuo pelo deputado, mas descartou qualquer volta a sigla.

Sobre o seu futuro político, Pivetta disse que ainda não se decidiu. Ele afirma que só vai escolher um partido e cargo eletivo em janeiro do ano que vem. Atualmente, o nome de Otaviano é o preferido para repetir a dobradinha com Mauro Mendes (DEM) no ano que vem, se mantendo como vice. No entanto, Pivetta almeja ser senador e já articula para ser eleito no ano que vem.

## SER FAMÍLIA

## “Temos 391 mil pessoas sem o mínimo”, diz Max Russi

## Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), participou da audiência com a secretária Rosamaria Carvalho, da Assistência Social e Cidadania (Setasc), convocada pelo deputado Ulysses Moraes (PSL). O parlamentar reforçou a importância de programas de transferência de renda, como efetiva esfera de atuação no combate a vulnerabilidade social.

“Não adianta nós sermos um estado campeão de tudo, um estado rico, um estado de oportunidades, se ainda temos 391 mil mato-grossenses que não tem o mínimo. Não existe nenhum programa social melhor do que

a transferência de renda direta”, defende Max.

Russi também elogiou a atuação da Setasc, assim como a condução dos trabalhos sociais encabeçados pela primeira-dama do Estado, Virgínia Mendes. “A primeira-dama tem uma atuação forte e voluntária e isso é importantíssimo, até por ela estar mais próxima do governador. É preciso alguém próximo, que tenha esse olhar social”, avalia.

O deputado destacou, principalmente, a importância do Ser Família Emergencial, que leva auxílio de 150 reais a famílias em situação de risco, devido aos efeitos das medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, nos 141 municípios.

O benefício financeiro é concedido por meio de parceria com o Parlamento Estadual. Ao todo, estão sendo aportados investimentos na ordem de R\$ 75 milhões nesse programa, sendo R\$ 10 milhões do montante disponibilizados pelo Legislativo, relativos à devolução de parte do duodécimo.

“A Assembleia Legislativa fica feliz em ter colaborado com esses R\$ 10 milhões, fruto da economia dos 24 deputados estaduais. Com essa economia, mesmo sem aumentar o orçamento da Assembleia, a gente conseguiu fazer essa devolução, que hoje está atendendo mais de 100 mil mato-grossenses”, complementou.

## DENÚNCIA À CORREGEDORIA

## Emanuel acusa delegado de perseguição política

## Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) requereu na última terça-feira (22) ao corregedor-geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso (PJC-MT) que apure a suspeita de uso político da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), por parte do delegado Eduardo Botelho, para promover uma perseguição à sua gestão por motivação política.

“[São] denúncias muito sérias, com indícios fortíssimos que remetem à falta de isenção, ao direcionamento,

ao abuso, à perseguição política e ao uso do aparelho estatal - Deccor, com o intuito de me atingir e de atingir à minha administração”, disse Emanuel, atribuindo a perseguição ao governador Mauro Mendes (DEM), seu principal adversário político.

Em conversa com jornalistas, Emanuel destacou que não é contra a apuração de denúncias de irregularidades na Prefeitura de Cuiabá, desde que haja embasamento e imparcialidade. Enfatizou ainda que respeita a instituição Polícia Judiciária Civil

e a Deccor, mas que, ao longo de diversas operações e ações judiciais, o uso político da máquina estatal tem induzido ao erro tanto o Ministério Público quanto o Poder Judiciário.

Na petição, a defesa do prefeito cita que, durante o encaminhamento dos inquéritos da Delegacia Fazendária (Defaz) para a Deccor, dois inquéritos policiais que envolvem Emanuel foram retirados das atribuições da Defaz, passando a compor o acervo da nova delegacia.

A petição também aponta que a nomeação

de Botelho não respeitou a ordem de antiguidade de carreira e tampouco as regras que proíbem o acúmulo de cargos (o delegado ocupava o cargo de coordenador de Inteligência Tecnológica da Diretoria de Inteligência da PJC/MT).

“Coincidentemente, um dia antes da nomeação do Dr. Eduardo Botelho para a DECCOR, o Dr. Lindomar Tófoli, então Diretor de Atividades Especiais, foi retirado de seu cargo sem qualquer justificativa técnica, mas tão somente pelo fato de não ter aceito o uso político da Polícia Civil em

desfavor de Emanuel Pinheiro. De fato, tal delegado não cedeu às pressões do Governo do Mato Grosso, e resolveu não instaurar injusto Inquérito Policial contra o ora peticionário, cuja abertura havia sido solicitada diretamente pelo Sr. Mauro Mendes”, diz trecho da petição.

Cópias da representação serão enviadas à Presidência da República, à Presidência da Câmara dos Deputados, à Presidência do Senado Federal, à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, à Comissão de Segurança

Pública do Senado Federal, ao ministro da Justiça, à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), à OAB nacional, à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso (Sindjor-MT).

“Estarão eles acompanhados e cada um, dentro da sua competência, também tomando as providências necessárias para evitar que esta violência contra a democracia e o estado de direito possa florescer na capital de Mato Grosso”, concluiu.

**RETOMADA**

Volta do auxílio emergencial e outras medidas sociais animam os consumidores para comprar, mas o cenário ainda é pior que junho de 2020

# Intenção de consumo volta a subir



Priscilla Silva

O cenário para consumo das famílias apresenta leve aumento no mês de junho. Mesmo com a melhora na perspectiva anual, o mês de junho é considerado o pior da série histórica iniciada em 2010. A observação dos dados do índice que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) aponta para uma versão de junho pior que a de 2020, primeiro ano da pandemia, mas também traz sinais de melhoras, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), responsável pela pesquisa.

O pior mês de junho para o consumo também superou, negativamente, as projeções de

2020. De acordo com o indicador de consumo, houve retração de 2,6% nas intenções de compra das famílias quando comparado ao mesmo período do ano passado. No entanto, o indicador subiu 2,1% na variação mensal, após dois meses consecutivos de quedas.

“Esse é mais um indicador capturado pela Confederação, que mostra como a população não pode e não quer deixar de consumir. Em junho, temos uma data importante para o varejo e o setor de serviços, que é o Dia dos Namorados, que este ano voltou a ficar aquecida mesmo com a circulação afetada. Acreditamos que, com o avanço da vacinação no país, a gente possa chegar a um cenário muito mais próspero no fim do ano”, pontua José Roberto Tadros, presidente da CNC.

Para chegar ao indicador de consumo, os pesquisadores analisam sete aspectos financeiros das famílias: emprego, renda e nível de consumo atuais, as perspectivas profissionais e de consumo, e, também, o



Após dois meses consecutivos de queda, o indicador de consumo subiu 2,1% em junho

momento para aquisição de duráveis. Na variação mensal, em junho todos esses pontos ficaram positivos, fazendo o índice atingir 67,5 pontos.

Já na comparação anual, cinco aspectos

aparecem negativos, o que levou o índice a ter o pior resultado de junho da série histórica, desde 2010 (-2,6%). Os resultados negativos estão na sensação de segurança com o emprego atual

(-2,3%), piores na renda (-11,6%) e acesso ao crédito (-9,1%).

“O item referente à renda atual obteve novamente o menor indicador da série histórica; contudo, já demons-

trou melhora este mês com seu crescimento (+1,5%). Isso mostra que o auxílio emergencial está cumprindo sua meta e amenizando as necessidades das famílias, aumentando sua receita e, consequentemente, incentivando o consumo,” justifica os pesquisadores.

**SEGURANÇA** - A maior parte dos entrevistados (35,5%) também respondeu que se sente tão segura com seu emprego quanto no ano passado, maior percentual da série histórica e uma proporção acima do mês anterior (34,3%) e do que em junho passado (31,3%).

“A confiança no emprego é o que tem mantido as pessoas consumindo na pandemia. Quando há deterioração nas empresas, acontece um efeito dominó que impacta o orçamento das famílias e impede o acesso. O ICF tem sido um instrumento de análise bastante alinhado com essa expectativa”, resume Catarina Carneiro da Silva, economista responsável pela pesquisa.

**OTIMISMO**

## Nível de insatisfação com a economia diminuiu

Da redação

A sensação de insatisfação econômica com relação ao futuro ainda é um problema para as duas faixas de renda estudadas na pesquisa que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF): com ganhos acima e abaixo de dez salários mínimos. Apesar disso, houve melhora

em ambos neste mês de junho.

Para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entidade responsável pela pesquisa, os dados apontam que a volta das medidas de ajuda aos brasileiros, como o auxílio emergencial, está surtindo resultado positivo e estimulando a

retomada do consumo das famílias.

“O incremento no otimismo dos consumidores acompanha a percepção mais positiva sobre indicadores econômicos e medidas do governo para mitigação de impactos da pandemia, como o investimento no auxílio emergencial e outras iniciativas sociais. Mas a

consolidação de um indicador positivo ao longo do ano depende da reativação da circulação nas ruas”, afirma a CNC.

Ao comparar a realidade das duas faixas de renda, observa-se um distanciamento entre as duas, principalmente no ponto de vista anual.

As famílias com ganhos acima de dez salários mínimos estão

7% menos insatisfeitas na comparação anual (junho de 2020), e 4% na mensal. Isso fez que o grupo chegasse a 83,8 pontos, valor ainda abaixo do ideal, que seria acima de 100 pontos.

Seguindo para outra direção vão as famílias que ganham até dez salários. No caso, o sentimento de insatisfação chegou a 64,0 pontos

este ano, um recuo de -5,2% ante o mesmo mês de 2020, e leve alta (1,6%) na comparação mensal.

O grau de insatisfação ou satisfação, mensal e anual, são dimensionadas pela variação de 0 a 200 pontos. Abaixo de 100, esse índice aponta para uma percepção de insatisfação e acima de 100 indica o grau de satisfação.

**ALÍVIO NO BOLSO**

## Aposentados terão isenção de IPTU

Da redação

Idosos e aposentados que residem em imóveis registrados em seu nome têm direito à isenção do pagamento do Imposto Territorial Urbano-IPTU em Cuiabá. Mas atenção: se o imóvel for alugado, o locatário não tem direito, mesmo se o local estiver ocupado por um idoso ou aposentado.

“Vários imóveis são alugados, impedindo assim a concessão da isenção. Por isso, é válido lembrar que o comprovante de residência deve estar no nome do contribuinte que está solicitando o benefício”, disse Arnildo Lino dos Santos, auditor tributário e assessor técnico do IPTU.

O pedido de isenção no exercício de 2021 pode ser feito até 30 de julho. Para os imóveis que tiveram isenção cadastrada no ano passado, houve renovação automática até 2023.

A isenção também é concedida para os con-

tribuintes que possuem deficiência visual ou para quem não tem condição de exercer o trabalho por algum tipo de deficiência, devidamente comprovada.

Outro fator considerado é em relação a renda mensal familiar, que deve ser de até três salários mínimos. “Fato a ser lembrado é que o valor da renda é somado com a renda do cônjuge. As duas rendas devem ser de até três salários mínimos”, explicou Arnildo.

A Lei Complementar de nº 043/1997 - CTM de Cuiabá, busca atender à necessidade desse público. No caso de falecimento, o viúvo ou a viúva pode continuar recebendo ou solicitar a isenção de IPTU.

Para maiores dúvidas e esclarecimentos, o contribuinte pode se dirigir ao Centro de Atendimento ao Contribuinte-CIAC, situado à Rua Barão de Melgacho, 3814, Centro Norte, Cuiabá-MT, ao lado da Energisa.

**BOX PARA BANHEIRO**

Qualidade em Vidros!  
Segurança, Durabilidade,  
Beleza e Conforto.

**CASA DOS VIDROS**

65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO  
O SEU ORÇAMENTO!

## INVESTIMENTO

Programa elaborado em parceria com o Sebrae oferecerá suporte técnico e empréstimos sem juros para microempreendedores de Cuiabá

# Cuiabanco irá ajudar os pequenos

Gustavo Duarte



## Da redação

A quarta ação do programa Pra Frente Cuiabá deu mais um passo. Na última quarta-feira (23), o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) iniciou a estruturação do Cuiabanco, que levará linhas de crédito sem cobrança de juros e com suporte técnico à operação financeira de microempreendedores de Cuiabá.

A missão do Cuiabanco é ofertar ao empreendedor financiamento com subsídio dos juros por parte do Município, nos casos em que o pagamento esteja em dia, com público alvo prioritário sendo jovens, mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, artesãos, associações de produtores, empresas de pequeno porte e cooperativas.

“Este é um projeto para atender aos pequenos, que estão sufocados, sem esperança, que foram extremamente penalizados neste período de pandemia. Quero ajudar quem mais preci-

sa, quem está com nome no Serasa e quer progredir, porque tem muita gente boa com o nome no Serasa. Foi pensando em inverter a lógica do mercado atual que criei o Cuiabanco. Vamos investir em quem mais precisa, agindo sempre com o coração na ponta da caneta, porque o Poder Público, a Prefeitura não foi feita para ter lucro. Eu não quero um centavo sobrando nos caixas do Município, quero o dinheiro distribuído nos bairros”, disse.

A ação é executada pela Secretaria de Agricultura Trabalho e Desenvolvimento Econômico, em parceria com Secretaria de Fazenda e instituições financeiras, como Sicredi e Caixa Econômica Federal. O Sebrae-MT irá atuar com a consultoria aos empreendedores.

**GERAÇÃO DE EMPREGO** - Durante a reunião, o prefeito assinou o projeto de lei para reformulação do Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda (FUMGER), que será encaminhado para aprovação na Câmara Municipal de Cuiabá.

“Este é um momento singular que vivemos, de crise, por isso precisamos pensar com muita energia no amanhã no pós-pandemia. Precisamos de programas de transferência de renda,



O Cuiabanco leva linhas de crédito, sem cobrança de juros e com suporte técnico a microempreendedores de Cuiabá

de geração de empregos e ter uma prefeitura dinâmica, como tem sido. E pode ter certeza que na Câmara este projeto não vai parar. Ele vai voar, pois interesse social é prioridade”, disse o vereador Mário Nadaf (PV).

O PL possibilitará dar seguimento ao desenvolvimento dos eixos que estruturam o Cuiabanco, como a criação da Diretoria de Programas Especiais, que será responsável pela estruturação do Programa de Crédito; e a contratação de

agentes de créditos, que serão profissionais qualificados para gerenciar a análise do tomador do financiamento.

**SEBRAE** - A reunião também marcou a oficialização da parceria com o Sebrae-MT, que, por meio de consultoria, irá ofertar toda sua expertise para orientar na elaboração do Termo de Referência, que norteará o chamamento para participação dos microempreendedores no Cuiabanco e também irá orientar como deve ser

feita a estruturação das operações.

“Este é um trabalho de equipe, de cooperação e parabeno a todos. Estou extremamente feliz e digo isso pelos empreendedores, tenha certeza Emanuel, eu assino embaixo. Você está dando exemplo para todo o estado de Mato Grosso e vai pipocar de projetos parecidos. A equipe do Sebrae Mato Grosso vai se empenhar para cumprir o cronograma e realizar o melhor trabalho da nossa existência em

Cuiabá”, disse José Guilherme, superintendente do Sebrae-MT.

De acordo com o cronograma de ações, após encaminhamento do PL à Câmara Municipal de Cuiabá e concretização da parceria com o Sebrae, a estruturação das operações do Cuiabanco deve ser feita em agosto, para que em setembro sejam publicados o resultado do chamamento dos empresários. O Cuiabanco deve iniciar efetivamente suas atividades em outubro.

## FONTES RENOVÁVEIS

## Lixo será fonte de energia em Mato Grosso

## Da redação

Mato Grosso pode ganhar usina de energia renovável gerada a partir da conversão de biomassas (energia de matéria orgânica) e resíduos sólidos urbanos. Os projetos visam a produção de biogás e biometano em cidades no Médio-Norte do estado. Os dois estão em fase de estudos de viabilidade econômica pela Companhia Mato-grossense de Gás (MT Gás), com previsão de entrega em novembro deste ano.

“Queremos saber se empresas locais têm

condições de suprir a demanda de consumo industrial, porque se isso for viável, como é nossa expectativa, os custos vão cair bastante, já que não será necessário trazer esses produtos de fora para abastecer”, prevê Rafael Reis, presidente do MT Gás.

Facilitar o acesso a fontes energéticas mais baratas é um desafio para o Estado. Hoje, Mato Grosso está entre os estados que pagam mais caro pela energia elétrica, o que já se tornou uma velha queixa de setores como a indústria e agropecuária.

Esforços para aumentar o fornecimento de energias de fontes renováveis crescem à medida em que o custo com as não-renováveis (hidrelétrica e térmicas) aumenta no país. Dentre essas alternativas está a conversão de resíduos do agronegócio e lixo dos aterros sanitários em combustíveis: biogás e biometano.

Os estudos realizados em Mato Grosso avaliam a possibilidade de transformar o aterro sanitário do município de Sorriso e o bagaço da cana-de-açúcar, sobras da atividade industrial em

Nova Mutum, em energia sustentável e barata para a indústria local. Para isso, um termo de cooperação foi firmado entre o MT Gás, governo do Estado, Senai e as empresas Sanorte Saneamento Ambiental Ltda, de Sorriso, e Uiza Usina de Etanol e Açúcar, de Nova Olímpia.

Conforme o MT Gás, o aterro de Sorriso possui 15 bocas de chaminés, nas quais é feita a queima do biogás há mais de dois anos. Ou seja, desperdiçando um valioso biocombustível. Na época, esse procedimento foi adotado para

evitar geração de gases inflamáveis, como o metano que é liberado na decomposição e pode ocasionar explosões. Dar destino certo aos resíduos corrigirá o desperdício desses recursos.

“Temos que aproveitar o potencial existente no município. Para isso, estamos fazendo os estudos que vão identificar o volume de biogás gerado por dia no aterro, a qualidade e composição desse gás e onde poderá ser aplicado na região de atuação”, explica César Miranda, secretário de Desenvolvimento de Mato Grosso (Sedec).

Em Nova Olímpia, caso confirmada a viabilidade de produção do biometano, a cidade ganhará uma usina de biodigestores para o bagaço de cana. A ideia é atender demandas dos municípios vizinhos como Diamantino, Tangará da Serra, Barra do Bugres, Nova Marilândia, dentre outros.

O estudo irá identificar onde pode ser empregado o gás, o tamanho da demanda na região e qual o modelo de entrega mais eficaz para o MT Gás aplicar. Os levantamentos devem ser concluídos em até quatro meses.

## SOB PRESSÃO

## Alta dos preços da energia elétrica pressiona inflação

## Da redação

A inflação acima do esperado para o 2º trimestre deste ano, somada à alta dos preços das commodities, energia elétrica e combustíveis podem favorecer novos aumentos a curto prazo. Os resultados do último trimestre e as previsões de inflação para os próximos meses foram divulgadas pelo Banco Central.

Conforme o boletim da instituição para o 2º trimestre, o aumento no custo de consumo das famílias brasileiras, maior do que se previa, contou com um peso

maior da conta de energia elétrica. Em maio, a crise hídrica que ocorre no país obrigou o acionamento da bandeira vermelha patamar 1 antes do previsto.

O reflexo dessa crise sobre o poder de compra da população deverá repercutir nos próximos meses, com consequências já neste mês de junho. A crise hídrica, mais uma vez, fez com que fosse acionado o patamar 2 da bandeira vermelha, o maior da escala, que traz um custo adicional de R\$ 6,243 para cada 100 kWh consumidos.

A melhora na taxa de câmbio - real vs dólar - vista na última semana tem sido sufocada pela alta nos preços das commodities. Soja, milho e outros produtos de exportação registram valorização significativa nos últimos meses, com perceptivas de mais aumentos com a chegada da seca.

De acordo com o relatório, a inflação recente tem sido particularmente afetada pelo aumento dos preços de commodities. Nos cinco primeiros meses de 2021, o índice que acompanha o preço das commodities, o IC-Br, acumulou aumento de 27,5%. Na comparação com janeiro de 2020,

anterior à pandemia, o IC-Br cresceu 61,8%.

“A pressão inflacionária também se mostrou mais forte do que os analistas de mercado antecipavam. A surpresa altista ocorreu a despeito de significativa apreciação do real, que foi em grande parte compensada pelo aumento generalizado da cotação das commodities. A deterioração do cenário hídrico fez com que a “energia elétrica exercesse a maior contribuição individual para a surpresa inflacionária”, aponta o boletim.

Junto com os combustíveis, a energia elétrica compõe um grupo

chamado ‘preços administrativos’, que de certa forma sofre interferência direta ou indireta dos governos. Esses produtos têm pressionado a inflação atual e podem criar repercussões na inflação de curto prazo.

“As projeções de inflação para 2021 aumentaram tanto para os preços administrados como, de forma ainda mais significativa, para os preços livres. As projeções para os preços administrados são de inflação de 9,7% que, se verificada, será a mais alta desde 2015”, aponta o relatório.

Fora dos preços administrativos, o BC des-

tacou outros itens que devem interferir na inflação.

“Espera-se que os de bens industriais sigam apresentando alta relevante; que os de alimentos tenham variação pequena, mas acima do padrão sazonal tipicamente favorável, dado que os preços de alimentos in natura recuaram anteriormente em razão da antecipação do período seco; e que os preços de serviços acelerem moderadamente, refletindo o arrefecimento da pandemia em comparação à situação observada em março e abril”, concluiu.